

A escrita e a leitura; uma abordagem histórica

Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido

Resumo

Este artigo apresenta uma análise do processo histórico da escrita. O propósito é discutir o uso arbitrário dos códigos de escrita como instrumento de dominação que submete outras formas de comunicação. A escrita alfabética fixa um padrão moral e uma ordem social que não reconhece a diversidade cultural. O resultado do mundo da escrita é a opressão do discurso hegemônico que impede a livre manifestação dos valores culturais locais em nome de uma ordem global.

Palavras-Chave: Escrita, Subjetividade, História Social, Lévi-Strauss.

Abstract

This paper shows an analysis of the writing's historical process. The purpose is to discuss the arbitrary use of the writing codes as domination's instrument that submit another forms of communication. The alphabetical writing fixes a moral model and a social order that not recognize the diversity cultural. The result of the writing's world is the hegemonic discursive oppression that prevents the free manifestation of the locals cultural values in the name of a global order.

Key-words: Writing, Subjectivity, Social History,, Lévi-Strauss.

Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido

Qualificação:

Graduação em Filosofia
Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC/Campinas
Mestrado em Educação
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Doutorado em Educação
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Local de trabalho atual:

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Endereço eletrônico: guido@ufu.br

A escrita e a leitura; uma abordagem histórica

Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido

A escrita é a arte da palavra, mas, a palavra é muito anterior à arte da escrita, ao menos da forma alfabética que é tida como a única forma de escrita. A palavra é realidade viva, pode ser falada, pode ser escrita, contudo, a fala e a escrita são dois momentos, duas representações da atividade cognitiva. No desenvolvimento de uma cultura a palavra é escrita de diversas maneiras e expressa, sempre, a vida de quem escreve, tornando-se texto, ou, a forma metafórica da representação do cotidiano.

A arte da escrita é tão antiga quanto a pintura rupestre, ambas foram manifestações vitais que deram início aos tempos humanos. O registro dessa época foi possível graças às narrativas míticas, imagens puras cuja intensidade impressionava os primitivos, fazendo nascer o homem social, um evento que coincidiu, também, com a separação do homem e da natureza, colocando-os em lados opostos. Desde então, o homem passou a reforçar o seu domínio social sobre a natureza.

Na arte primitiva os acontecimentos cotidianos eram registrados pela memória auxiliada por uma linguagem poética, que não distinguia a fala da escrita, uma vez que a própria natureza era a escrita do mun-

do, e a fala, para a consciência ingênua, era a reprodução dos sons naturais: a reprodução do mundo exterior. Nas sociedades primitivas, o mito — a palavra — foi o impulso vital necessário para a criação do significado humano da existência que, antes do mito, era meramente natural. Os primeiros poemas imortalizaram os mitos que narraram em versos a criação do mundo e o nascimento do homem; a narrativa resultava do conflito entre o humano e a natureza: Prometeu acorrentado, Adão expulso do paraíso. Mais tarde, os antropólogos identificaram nesse conflito a tensão permanente entre a barbárie e a civilização.

Muito antes da escrita moderna, as comunidades primitivas falaram de tudo aquilo que eram capazes de ver, expressavam a percepção confusa do mundo exterior fundida com o mundo interior igualmente confuso, e, assim, surgiram os grandes poemas dos tempos primordiais que atravessaram o tempo e permanecem presentes na cultura ocidental: a *Ilíada*, a *Odisséia*, a *Bíblia*, entre outros poemas. Antes que estas obras recebessem a forma literária, o que só foi possível com a escrita moderna, os homens perpetuavam as situações originais do nascimento do mundo e do surgimento do homem com a arte da memória. Ela foi o primeiro texto, que era preenchido com imagens e não com letras.

A arte primitiva serviu-se da voz e da memória para transmitir de geração a geração os eventos do mundo da cultura. Tais obras eram de domínio público e relatavam as vivências e as relações sociais das pessoas que nas narrativas aparecem vestidas de personagens das epopéias, das tragédias e das comédias, em uma palavra, do drama das relações humanas: consigo mesmo, com o outro e com o mundo.

Nos tempos modernos, isto é, depois da invenção e da popularização da escrita alfabética, o texto escrito passou a ser autoral, de modo que, desde a escrita moderna, os poemas, as epopéias, as tragédias e as comédias, passaram a ser escritas por um autor. Contudo, o escritor não penetra unicamente na sua existência para construir o texto, uma vez que a sua existência é um feixe de circunstâncias e vivências que se entrelaçam constantemente com o número quase infinito dos agentes sociais, quer seja das pessoas, quer seja das instituições humanas. O autor não escreve apenas de si, ele precisa do outro,

que se interpõe entre ele e o texto que está sendo escrito.

Os tempos obscuros, de onde nasceram os textos mais antigos, são impenetráveis para a história convencional que sempre chama o testemunho dos documentos escritos em linguagem moderna. É por isso que na Antigüidade a literatura exerceu função histórica; depois, ela passou a abordar os costumes humanos e, desde então, além das epopéias, que relatam os feitos épicos de um povo contando as façanhas do seu herói — Aquiles à frente do cerco a Tróia, Ulisses retornando ao lar, Moisés atravessando o mar Vermelho —, a literatura, ainda no mundo antigo, passou a conferir a mesma importância para as cenas da vida cotidiana, descrevendo com arte as situações existenciais e conflituosas das pessoas no dia a dia. Porém, os escritores antigos davam tratamento fabuloso às cenas comuns, representando-as com sublimidade nas tragédias, ou então, ridicularizando-as a ponto de torná-las hilariantes nas comédias.

As novas modalidades literárias que se seguiram à epopéia eram o intermediário entre a fala e a escrita. Embora fossem escritas, as tragédias e as comédias não eram obras destinadas à leitura individual, elas foram peças dramáticas encenadas periodicamente nos festivais dedicados às divindades das cidades, perpetuando o culto religioso imemorial. Então, o propósito da escrita não era a promoção do gosto individual destinando a obra literária ao consumo passivo das horas de ócio tal como, nos dias atuais, boa parte da população acredita ser a função única da literatura.

A obra escrita na cultura grega clássica era destinada ao grande público, cuja leitura era feita mediante a encenação das peças teatrais, conduzidas pelos atores com suas máscaras e contando com a ajuda do coro. Assim, os artistas deram vida à obra literária, encenando as angústias das famílias nobres, ou então, satirizando os costumes da praça do mercado. No mundo antigo, a escrita foi o suporte do teatro. As primeiras lições de moral eram ensinadas com a apresentação dos textos dramáticos durante os festivais religiosos; estes textos serviram para a elaboração dos primeiros tratados filosóficos dedicados à moral, à ética e à política.

A escrita, enquanto criação artística, só se faz completa quando

deixa de ser apenas um texto escrito, por outro lado, a vida adquire notoriedade quando é contemplada na obra literária, ganhando significação que extrapola os limites imediatos da existência. A tragédia de Édipo chega até o presente porque conseguiu descrever com sublimidade, ou seja, com arte, as peripécias do protagonista, elevando o seu comportamento para muito além do significado vulgar das ações humanas.

O vínculo do cultivo da escrita com o teatro na sociedade antiga dá margem a duas interpretações; a primeira, que será explorada mais à frente, é a diversidade das formas de comunicação que não se restringiam apenas à escrita convencional. A segunda interpretação, de conotação política, indica a desigualdade social que pode ser descrita pela elevada taxa de analfabetismo nas sociedades antigas, daí a importância do teatro que, além da sua dimensão artística intrínseca, acumulava ainda a função pedagógica de preservação da cultura e dos valores morais vigentes, uma vez que a escrita destinava-se aos atores que cantavam as histórias e impressionavam os espectadores.

Sobre a escrita no mundo antigo, cabe reiterar que ela não se propunha a esgotar os assuntos dos quais tratava, para fazer da realidade algo transparente, sem cor e calor. A escrita antiga — seja a de Sófocles, seja a de Platão — deixa um fundo escuro, sobre o qual as gerações futuras vão acrescentando novos traços, ora em tons suaves, ora em tons graves, por vezes acontece de permanecer o fundo escuro original, para lembrar que a escrita é misteriosa. Ela poderá ser compreendida nas partes mais manifestas, porém, as circunstâncias subjetivas que jazem no texto dão margem para muitas interpretações. Por exemplo, um viajante do século XVI ou XVII, maravilhado com a paisagem e a população americana, escreveu na época que não existe pecado ao sul do Equador, quantas interpretações foram feitas desde então: genocídios coloniais, turismo sexual nos dias atuais.

Platão, rememorando Sócrates, em um diálogo dedicado à interpretação, recordava as palavras do velho mestre, que dizia que não basta interpretar palavras — tal como parecer ser a tarefa da alfabetização para muitos educadores —, é preciso interpretar também o pensamento de quem fala ou escreve:

... é necessário viver em companhia de muitos outros poetas bons, sobretudo na companhia de Homero, o melhor e o mais divino dos poetas, e apreender o pensamento dele, e não só os versos. Pois ninguém se tornaria rapsodo se não compreendesse o que o poeta diz, já que o rapsodo deve se tornar o intérprete do pensamento do poeta aos que o ouvem. E quem não conhece o que diz o poeta é incapaz de realizar esta tarefa. (PLATÃO, 1991).

O texto clássico alcança notoriedade e atravessa os tempos quando preserva nas suas entrelinhas algo de enigmático. A obra clássica é aquela que não se presta a dar tudo pronto aos olhos do leitor, muito pelo contrário, o clássico cobra o esforço do leitor, exigindo a sua cumplicidade para acompanhar seus raciocínios, seguindo nos traços da escrita a ação humana que não se revela facilmente.

Depois de inventadas as ciências, as artes e a filosofia, a escrita passou a ter preponderância na comunicação social; além do status social, dava ao indivíduo letrado poderes político e econômico. Mas, o que as pessoas letradas lêem? Certamente, aquilo que alguém escreveu faz falar o seu tempo, a sua cultura, a sua sociedade.

O escritor, tanto faz se é o filósofo, o historiador, o cientista ou o artista, o escritor carrega consigo as bagagens da sua cultura e com o seu trabalho promove a interação entre as esferas do poder estabelecido sobre os demais segmentos que estão subordinados a este poder. Portanto, a crítica ao analfabetismo, pela ótica estrita da inferioridade dos que não são capazes de ler a escrita alfabética, é uma crítica ingênua, quando não a manifestação de um preconceito. Em primeiro lugar, porque a consciência do analfabeto é tão complexa quanto a consciência do letrado, a ponto do analfabeto interagir com a cultura letrada mesmo sem ser alfabetizado. Em segundo lugar, porque o texto escrito pode ser um instrumento ideológico que expressa valores hegemônicos destinados à conservação de uma determinada estrutura social. Este raciocínio pode ser encontrado também em Lévi-Strauss, autor do seguinte comentário:

Olhemos mais perto de nós: a ação sistemática dos Estados europeus em favor da instrução obrigatória que se desenvolve no correr do século XIX, vai de par com a extensão do serviço militar e a proletarização. A luta contra o analfabetismo confunde-se, assim, com o fortalecimento do controle dos cidadãos pelo Poder. Pois é preciso que todos saibam ler para que este possa afirmar: ninguém deve alegar que desconhece a lei. (LÉVY-STRAUSS, 1996, p. 283)

Talvez seja preferível e mais democrático — e este é o único fundamento filosófico da alfabetização — admitir previamente, antes de iniciar o processo de alfabetização, que há diversas maneiras de ler o mundo, tão ricas quanto as lentes da escrita convencional.

Suspendendo por um instante o preconceito devotado aos analfabetos, merece registro a pergunta: será que a redução de tudo que existe e de todo conhecimento ao texto escrito torna a humanidade mais sábia, mais justa e mais democrática? A escrita não é capaz de reduzir todos os sentimentos e raciocínios, fazendo-os caber no espaço limitado do texto escrito. Machado de Assis, intencionalmente demonstrou a pobreza da escrita frente a beleza da vida; em inúmeras passagens dos seus contos e romances insistiu na impotência da escrita. Uma das mais belas páginas machadianas é o desfecho do romance *Memorial de Aires*, quando, referindo-se a si mesmo, Machado de Assis criou um casal de velhos e eles encerram o romance autobiográfico. Eis o texto:

Ao fundo, à entrada do saguão, dei com os dous velhos sentados, olhando um para o outro. Aguiar estava encostado no portal direito, com as mãos sobre os joelhos. D. Carmo, à esquerda, tinha os braços cruzados à cinta. Hesitei entre ir adiante ou desandar o caminho; continuei parado alguns segundos até que recuei pé ante pé. Ao transpor a porta para a rua, vi-lhes no rosto e na atitude uma expressão a que não acho nome certo ou claro; digo o que me pareceu. Queriam ser risonhos e mal se

podiam consolar. Consolava-os a saudade de si mesmos. (MACHADO DE ASSIS, 1964, p. 180)

Quem sabe escrever tem consciência de que o texto não diz tudo, que as imagens são mais belas que as construções textuais. Os educadores alfabetizadores deviam dar atenção a estas duas frases de Machado de Assis: *vi-lhes no rosto e na atitude uma expressão que não acho nome certo ou claro; digo o que me pareceu*. O texto escrito é capaz de enunciar a percepção de quem escreve, que faz o registro de um ângulo da realidade; deste registro textual ficam de fora tantos outros ângulos da figura poligonal da vida.

Não é só o artista da palavra que admite a impotência da escrita para expressar sentimentos e conhecimentos. Platão no Livro VII da *Politéia* afirmou que aquilo que é chamado de ciência não é mais que conhecimento discursivo. É provável que o pensador antigo quis dizer que a sabedoria é muito mais do que aquilo que é registrado por intermédio da escrita e, até mesmo, daquilo que é falado durante as conversações. A sabedoria no mundo antigo era uma idealidade, algo inatingível para os mortais; contudo, a vida virtuosa consistia na busca incessante deste ideal. A filosofia foi, no mundo antigo, o desejo jamais satisfeito da posse da sabedoria, mais elevada que a experiência de vida e menos quimérica que a luz divina. É oportuno este registro de que o pensamento é anterior ao conhecimento discursivo e, com base neste raciocínio, é lícito afirmar que uma criança está de posse de um saber mesmo sem dominar os códigos modernos da escrita alfabética.

A valorização da escrita e, conseqüentemente, a bandeira social da universalização da alfabetização, são realidades típicas da modernidade. Francis Bacon viveu um período em que a língua latina já não era mais a expressão incontestável da sabedoria humana, até porque a sabedoria começava a deixar de ser a erudição vazia de significado, própria da postura meramente especulativa. Dando expressão para a nova ciência, Bacon afirmou que o saber é poder, apontando na direção da atividade científica como princípio ativo da dominação da natureza. Algumas décadas depois, Galileu disse que o livro da natureza está escrito em caracteres matemáticos. Com isso, o latim cedeu terreno à matemática

que passou a ser a expressão da verdade do mundo, e a linguagem matemática era vista como a única capaz de expressar de forma exata a verdade do mundo.

O filósofo francês René Descartes insistiu na importância da linguagem matemática, vendo-a como o paradigma da clareza e distinção das idéias. Descartes não reprovou as artes, contudo, empenhou-se ao máximo para formular uma nova filosofia, isto é, uma nova sabedoria humana, totalmente apegada à clareza e distinção das coisas. Porém, como somente os entes matemáticos possuem tal clareza e distinção, as disciplinas que se prendem à escrita alfabética são de outra ordem e não podem ser enquadradas pela razão matemática. Portanto, tais disciplinas são inferiores às ciências matemáticas e, conseqüentemente a leitura também é dispensável. Após Descartes, que viveu no século XVII, a insistência na clareza e distinção das idéias, somadas à objetividade científica, passaram a ser verdadeiras obsessões, influenciando todos os domínios do saber humano.

A idéia de língua acompanhou os rumos científicos dos novos tempos da Modernidade Ocidental, sendo o declínio do latim preenchido com o cultivo das línguas maternas. Curiosamente, foi um fato religioso que impulsionou a alfabetização da população européia: tratava-se da reforma protestante que, dentre as várias reivindicações, pleiteava a liberdade para a leitura da Bíblia na língua materna. As escolas dominicais das novas religiões reformadas realizaram as primeiras experiências de alfabetização na língua materna, rompendo com o monopólio do latim.

As primeiras gramáticas propostas para as crianças, adolescentes, jovens, e até mesmo para os adultos, enfatizavam que esta disciplina, a gramática, era a arte de falar, portanto, não havia ainda a exclusividade da escrita no processo de alfabetização. As mudanças conjunturais ocorridas na sociedade ocidental reforçaram a importância da instrução e supervalorizaram a prática da escrita e a atividade da leitura, fazendo de tais atividades o pré-requisito para o progresso social.

E. Hobsbawm também se referiu à instrução como estratégia de ascensão social, e o fez para destacar a importância da educação escolar como possibilidade de mobilidade social nos primórdios da

Modernidade. Além da educação, Hobsbawm apontou outros três caminhos que se abriam como possibilidade de sucesso segundo a ótica da nova sociedade burguesa: os negócios, a educação, as artes e a guerra. Os novos caminhos para a realização pessoal não estavam abertos para todos. Sobre o assunto, Hobsbawm teceu as seguintes considerações:

Nem os negócios nem a educação eram grandes estradas abertas para todos, até mesmo entre os suficientemente emancipados dos grilhões dos costumes e da tradição para acreditarem que 'gente como nós' seria aí admitida, para saber como agir numa sociedade individualista ou para aceitar o desejo de 'progredir'. Os que desejavam viajar nestes caminhos tinham de pagar um pedágio: sem alguns recursos iniciais, ainda que mínimos, era difícil entrar na auto-estrada do sucesso. Este pedágio era inquestionavelmente maior para os que buscassem a estrada da educação do que para os que quisessem escolher a dos negócios, pois até mesmo nos países que adquiriram um sistema público de ensino, a educação primária era muito negligenciada; e, mesmo onde ela existisse, estava confinada, por razões políticas, a um mínimo de alfabetização, obediência moral e conhecimentos de aritmética. Entretanto, à primeira vista e paradoxalmente, o caminho educacional parecia mais atraente do que o caminho dos negócios. (HOBSBAWM,1988, p. 211-212)

Para compreender melhor o mundo burguês, é preciso que se diga, em conformidade com o autor acima citado, que dos quatro caminhos para o sucesso, a educação era "o caminho mais atraente" porque proporcionava três metas muito promissoras para a ascensão social, eram elas: o funcionalismo público, a política e as profissões liberais (Hobsbawm, 1988:211).

Esta mentalidade — tomar a educação como meio eficaz para a obtenção de prestígio e conservação das posses — já vinha se manifestando no século XVI. No *De pueris* de Erasmo, o autor censura os pais que se dedicam com maior empenho aos negócios e são negligentes

tes com a educação dos filhos; ao concluir o seu raciocínio, ele afirmou que a educação se fazia necessária pois o esforço dos pais se destina ao futuro dos filhos. Mais à frente, no mesmo texto, aparece a mesma argumentação, que evidencia os novos valores sociais da cultura renascentista, que passou a influenciar não só a mentalidade moderna como também o ideário educacional, voltado para a formação de homens que viessem valorizar o trabalho para saber usufruir dos seus benefícios. Com este fito, Erasmo formulava para o leitor as seguintes indagações:

Para quem os pais semeiam? Para quem aram? Para quem constróem? Para quem se afadigam em angariar riquezas por mar e por terra? Não é bem para os seus filhos? Mas que uso e proveito hão de ter tantos bens se aquele, a quem se destinam, não sabe como administrá-los? (...) Se ajustas tais bens para pessoa devidamente educada, entregas-lhe instrumento de virtude; se, ao invés, caem em poder de indivíduo desinformado e rude, que fizeste a não ser municia-lo de recursos para a malversação e os vícios? Seria, por ventura, imaginável um pai mais desatinado? (ERASMO, 1996, p. 130).

O pragmatismo da escrita é a grande marca da cultura moderna, ela se expande como valor hegemônico, que cria a falsa ilusão de que não há nada superior à escrita alfabética para representar os conhecimentos necessários para a vida prática. Por outro lado, a cultura da escrita é discriminatória, pois, desqualifica aqueles que permanecem à margem do processo de alfabetização, considerando esses contingentes populacionais como cidadãos de segunda categoria, incapazes de compreender a realidade e participar das decisões que dizem respeito às suas vidas.

A mentalidade mercantil prosperou e fez prosperar a burguesia, que inovou a produção de bens de consumo e fez crescer o mercado, expandindo suas fronteiras na direção das novas terras. Não é de todo descabido afirmar que a expansão da escrita está ligada ao colonialismo, que explorou duplamente as novas sociedades instaladas na América,

extraindo as riquezas naturais e minerais, e, no movimento inverso, introduzindo o consumo das manufaturas produzidas na Europa.

Esse cenário ainda pôde ser visto por Lévi-Strauss em suas expedições pelo interior do Brasil, cujo convite lhe foi feito com as seguintes palavras pelo diretor da Escola Normal Superior de Paris: “apresente sua candidatura para professor de Sociologia da Universidade de São Paulo. Os arredores estão repletos de índios, a quem você dedicará os seus fins de semana” (1996, p. 45). Este convite foi feito a Lévi-Strauss em 1934!

A grandiosidade do trabalho do antropólogo francês dispensa comentários, e é oportuno neste momento um registro que se liga ao tema abordado. O comportamento de um dos índios que acompanhava Lévi-Strauss lhe chamou a atenção, porque ele também manuseava um bloco de anotações e fazia seus rabiscos e contemplava-os como se entendesse o que queriam expressar. Sobre este fato, o antropólogo fez esta ponderação:

Não se tratava de conhecer, reter ou compreender, mas de aumentar o prestígio e a autoridade de um indivíduo — ou de uma função — às custas de outrem. Um indígena ainda na idade da pedra adivinhava, à falta de compreendê-lo, que o grande meio de compreender podia, pelo menos, servir para outros fins. (LÉVY-STRAUSS, 1996, p. 281).

Diferentemente do que se poderia supor, Lévi-Strauss não se deteve na pretensa imitação do indígena. Bem distante do pensamento eurocêntrico, o antropólogo passou a noite que se seguiu ao fato, pensando sobre o papel da escrita, e constatou que as grandes conquistas da humanidade, em seu surgimento e afirmação, se fizeram sem a escrita tradicional, valendo-se apenas da memória para transmitir o resultado das observações diretas sobre a natureza e os seus próprios sentimentos. Enquanto não dormia, Lévi-Strauss chegou a formular este raciocínio: “*esta é a evolução típica à qual assistimos, desde o Egito até a China, no momento em que a escrita faz a sua estréia, ela parece favorecer a exploração dos homens, antes de iluminá-los*” (1996, p. 283). Por fim, concluiu gravemente: *há que se admitir que*

a função primária da comunicação escrita foi facilitar a servidão (Ibdem).

O pequeno acontecimento passado entre o antropólogo e o índio nambiquara lhe permitiu uma análise de conjuntura imensamente mais ampla, capaz de abarcar a complexidade das relações políticas internacionais entre os Estados avançados e os Estados em desenvolvimento, sendo os códigos escritos as melhores armas para a dominação imperial. Mais uma vez o texto de Lévi-Strauss é direto:

[os povos em desenvolvimento] quando têm acesso ao saber acumulado nas bibliotecas, esses povos tornam-se vulneráveis às mentiras que os documentos impressos propagam em proporção ainda maior. Sem dúvida, a sorte está lançada. Mas, na minha aldeia nambiquara, os indisciplinados eram, ainda assim, os mais sensatos. ((LÉVY-STRAUSS, 1996, p. 284).

A suspeita de Lévi-Strauss é instrutiva para quem se entrega ao engajamento social em prol do analfabetismo zero, pois, antes da filantropia é prudente se perguntar: alfabetizar para que? A ação ingênua, induzida pelos organismos estatais e, também, pelas organizações não governamentais, por vezes desconhece as transformações que estão em curso nos últimos cinquenta anos, há muito mais inovações no ar, além dos telecursos. As formas clássicas de saber da Antigüidade e da Modernidade estão sendo modificadas pelas novas tecnologias destinadas à criação do ciberespaço.

Um país como o Brasil, igual a tantos outros que sofrem os efeitos da política monopolista da economia mundial, está distante das últimas conquistas tecnológicas, porém, os educadores não podem ignorar a atmosfera de transformações que se anuncia na mídia e que timidamente adentram a universidade brasileira. Está em curso a formação de uma nova consciência, de um novo saber que é alimentado não pelo texto fixo, mas pelas imagens em movimento, pelas simulações de experiências cognitivas. É provável que a fé na erradicação do analfabetismo se torne realidade no momento em que não fizer mais sentido o domínio do texto escrito em caracteres tipográficos. A este

respeito, é instrutiva a observação feita por Pierre Lévy:

O século XVIII, de Robinson Crusó e da Encyclopédie, assinala talvez o fim de uma era em que um só ser humano podia abarcar a totalidade dos saberes. A enciclopédia do espaço das mercadorias não repousa mais na memória de corpos vivos, nem em um Livro, nem em algum sistema fechado [...]. (grifos do autor). (LÉVY, 1998, p. 179).

A nova forma de saber não é algo a ser consumido pelo indivíduo tendo em vista a sua prosperidade. O novo saber exige uma nova mentalidade, caracterizada pela abertura do sujeito aos outros indivíduos e aos outros grupos, *novos aprendizados, que continuamente se compõem e decompõem*. O espaço da cosmopédia está se estabelecendo e, gradativamente, substitui a enciclopédia e a sua rigidez alfabética. A cosmopédia

contrapõe um grande número de formas de expressão: imagem fixa, imagem animada, som, simulações interativas, mapas interativos, sistemas especialistas, ideografias dinâmicas, realidades virtuais, vidas artificiais, etc. No limite, a cosmopédia contém tantas semióticas e tipos de representações quanto se pode encontrar no mundo. A cosmopédia multiplica as enunciações não-discursivas. (grifos do autor) (LÉVY, 1998, p. 182).

Em suma, a maior virtude do novo saber transmitido pelo ciberespaço é a sua aproximação do mundo vivido, esta é a convicção de Pierre Lévy. Embora distante da realidade brasileira, a cosmopédia é uma alternativa, cada dia mais concreta, que coloca em discussão a arbitrariedade do sistema hegemônico da escrita alfabética que, por vezes, impede, como dizia Rousseau, que aquilo que se escreve seja tão vivo quanto aquilo que se fala, *não é possível que uma língua escrita guarde por muito tempo a vivacidade daquela que é falado*. (ROUSSEAU, 1983, p. 170). Terá chegado o declínio do monopólio da escrita alfabética?

As diversas formas de escrita são os registros da vida, não tal qual ela aparenta ser na percepção alheia ao mundo, mas tal qual ela é para

quem vive no mundo das construções simbólicas, porque quem vive almeja novas situações e para isso escreve e lê. As escritas são tão reais quanto as fotografias que são guardadas, não para aqueles que nelas estão, e sim para a posteridade, para que possam ser vistas, assim é o texto desejado pelo leitor: uma fotografia da consciência humana, e por isso o mundo da cultura não morre.

A fusão constante da realidade — o bem coletivo — e da imaginação — um processo singular — é que faz nascer incessantemente a escrita, fazendo com que ela seja perpetuada como o grande patrimônio da humanidade, porém, não o único. É preciso lembrar que a escrita alfabética não é a única forma de escrita. As pinturas rupestres, por exemplo, não foram meros desenhos disformes em paredes rochosas, foram mais do que isto: são elas as primeiras palavras escritas pelo homem que expressou os seus sentimentos, comunicando-os aos demais, imortalizando a sua presença no mundo. Tais pinturas tornaram-se verdadeiras obras de arte para as gerações vindouras, mas, no momento em que se exprimia pintando as paredes rochosas, o primeiro artista queria, provavelmente, dizer: eu estou aqui, eu existo, e este é o grande mistério preservado pelas diversas formas de escrita.

Referências

ERASMO, D. *De pueris*. Tradução de Luiz Feracine. *Intermeio*, nr. 3, 1996; p. 1-60.

HOBBSAWM, E. *A era das revoluções*. 6.ed. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva, por uma antropologia do ciberespaço*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Tradução de Rosa Freire D'Águia. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MACHADO DE ASSIS, J.M. **Memorial de Aires**. São Paulo: Livraria Saraiva, 1964.

PLATÃO. Íon. In: **Educação e Filosofia**, Vol. 5, nr. 10-11, 1991.

ROUSSEAU, J.J. **Ensaio sobre a origem das línguas**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 170. Coleção "Os Pensadores".

